

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE QUILOMBOLA DA VILA ESPERANÇA DE MARIENTAL, LAPA-PR E SUA RELEVÂNCIA PARA ESTUDOS E PRÁTICAS DE GESTÃO AMBIENTAL

The construction of the quilombola identity of Vila Esperança de Mariental, Lapa-PR and its relevance for environmental management studies and practices

Adriana Rita Tremarin

Geógrafa e mestre em Geografia – Planejamento Urbano e Regional

Doutoranda em Gestão Ambiental, Universidade Positivo, Brasil

adrianatremarin@gmail.com

Mario Sergio Michaliszyn

Doutor em Ciências Sociais – Antropologia

Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental, Universidade Positivo, Brasil

mario@up.edu.br

Rivail Vanin de Andrade

Doutor em Arquitetura e Urbanismo

Professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental, Universidade Positivo, Brasil

rivail@up.edu.br

Recebido: 11/04/2024

Aceito: 25/10/2024

Resumo

Este artigo examina a aplicação do conceito de “comunidade remanescente quilombola” à Vila Esperança de Mariental, no Paraná, considerando seu processo de etnogênese e o contexto socioambiental e territorial em que se insere. A investigação integra a coleta de dados socioeconômicos, realizada por meio de questionários e levantamentos aerofotogramétricos, a um referencial teórico fundamentado na legislação de 1988 e em pesquisas antropológicas. Além de reconhecer a complexidade da memória ancestral nas comunidades quilombolas contemporâneas, o estudo discute a relevância dos resultados para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) e para a formulação de políticas públicas que atendam às especificidades dessas populações em contextos periurbanos, promovendo a sustentabilidade ambiental e a justiça social.

Palavras-chave: população tradicional, comunidade negra, remanescente, etnogênese, territorialidade

Abstract

This article examines the application of the concept of “remanent quilombola community” to Vila Esperança de Mariental, Paraná, considering its ethnogenesis process and the socio-environmental and territorial context in which it is situated. The investigation integrates socioeconomic data collection, obtained through questionnaires and aerial photogrammetric surveys, with a theoretical framework grounded in the 1988 legislation and anthropological research. In addition to acknowledging the complexity of ancestral memory in contemporary quilombola communities, the study discusses the relevance of its findings for the elaboration of the Technical Report of Identification and Delimitation (RTID) and for the formulation of public policies that address the specificities of these populations in peri-urban contexts, promoting environmental sustainability and social justice.

Keywords: traditional population, black community, remnant, ethnogenesis, territoriality

1. INTRODUÇÃO

A abolição da escravidão no Brasil, em 1888, não assegurou a integração dos quilombolas na sociedade, marginalizando essas comunidades por quase um século. Somente com a redemocratização e a Constituição de 1988, os quilombolas foram reconhecidos como sujeitos de direitos, reivindicando suporte por meio de políticas públicas. O reconhecimento como Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) possibilitou a luta por equidade e reparação histórica, embora a aplicação desse conceito nem sempre seja clara, especialmente em contextos urbanos e periurbanos.

A pesquisa sobre CRQs no Brasil tem se concentrado em áreas rurais, onde a influência urbana é menor e as tradições culturais são mais preservadas. No entanto, a Vila Esperança de Mariental, na Região Metropolitana de Curitiba, desafia essa abordagem tradicional. Identificada como quilombola há cerca de três décadas, a comunidade apresenta uma memória ancestral menos evidente e vínculos territoriais incertos, levantando questionamentos sobre sua classificação como quilombola e sua identidade enquanto população tradicional negra.

Este estudo analisa a adequação do conceito de CRQ à Vila Esperança de Mariental, examinando seu processo de etnogênese e as dinâmicas sociais, ambientais e territoriais que a caracterizam. Inicialmente, destaca-se a localização estratégica da comunidade – próxima à Área de Proteção Ambiental (APA) da Escarpa Devoniana – e os desafios ambientais, como a erosão do solo e a contaminação da água, que evidenciam a importância de compreender a interrelação entre identidade quilombola e gestão territorial e ambiental, sobretudo em um contexto de crescente pressão sobre os espaços ocupados por populações tradicionais. Em seguida, o estudo investiga os desafios enfrentados pela CRQ VEM no processo de reconhecimento e titulação, analisando os impactos das políticas públicas e da gestão ambiental na permanência da comunidade em seu território. Por fim, explora como ferramentas de Cartografia Social Etnográfica podem contribuir para o fortalecimento da identidade quilombola, subsidiando estratégias de governança territorial e promovendo a sustentabilidade socioambiental.

A pesquisa utilizou uma abordagem mista, combinando dados quantitativos e qualitativos. Os dados quantitativos foram coletados em setembro de 2022, por meio da aplicação de questionários, e complementados por um levantamento aerofotogramétrico realizado em outubro do mesmo ano, que gerou imagens georreferenciadas detalhadas, permitindo a elaboração de mapas temáticos e um diagnóstico ambiental da área. Esses

dados foram analisados para identificar padrões demográficos e socioeconômicos. Paralelamente, a análise qualitativa seguiu a metodologia de análise de conteúdo de Bardin (1977), organizando as respostas abertas e os registros de campo em categorias temáticas. A triangulação dos dados fortaleceu a validade dos achados, proporcionando uma compreensão integrada da realidade local.

A abordagem metodológica respeitou princípios éticos, assegurando a participação voluntária e informada dos entrevistados. Os resultados contribuem para o debate sobre políticas públicas voltadas a comunidades quilombolas em contextos urbanos e periurbanos, destacando a necessidade de critérios mais flexíveis e adaptáveis ao reconhecimento e apoio a essas populações em cenários diversos. Além disso, reforçam a importância da gestão ambiental integrada às identidades territoriais quilombolas, apontando caminhos para o fortalecimento das políticas de proteção e uso sustentável dos territórios ocupados por essas comunidades.

2. IDENTIDADE AFRO-BRASILEIRA

Durante os períodos colonial e imperial no Brasil, os escravizados eram genericamente classificados como negros, ignorando a diversidade étnica de suas origens. Moura (1986) aponta que essa simplificação reduzia sua identidade à condição de “ser escravo” ou “ser negro”, apagando suas culturas e territórios. Barros (2010) complementa que a estratificação social da época desumanizava os escravizados, tratando-os como uma categoria inferior e distinta dos homens livres.

A noção de raça foi utilizada para justificar a dominação colonial sobre indígenas, africanos e mestiços, baseando-se em supostas características biológicas que legitimavam a inferioridade dos “negros escravos” em relação aos “brancos conquistadores” (Cunha; Costa, 2017). Com o tempo, a identidade africana dos escravizados foi sendo apagada, dando origem a uma cultura afro-brasileira distinta, caracterizada por novas práticas religiosas e expressões artísticas (Barros, 2010).

Marinho (2015) destaca que o discurso do branqueamento reforçou hierarquias raciais, atribuindo maior valor social e qualificação a negros de pele mais clara. Essa lógica criou distinções sociais, como “crioulo” para negros nascidos no Brasil e “pardo” para mestiços de africanos e europeus. Munanga (2004) argumenta que a ideia de raça é uma construção ideológica sem base biológica, moldada por relações de poder. Os termos “negro”, “branco” e “mestiço” refletem essa construção e sustentam desigualdades sociais.

Moura (1986) contesta a visão de passividade dos escravizados, destacando sua resistência persistente. A repressão violenta conduzida por milícias, capitães-do-mato e tortura, evidencia o temor das elites em relação à libertação. A Igreja e as elites promoveram a ideia de uma “democracia racial” para justificar o sistema escravista. Barros (2010) ressalta que a abolição não garantiu direitos plenos às comunidades quilombolas, perpetuando o preconceito. Segundo Arruti (1997), após a abolição, negros e indígenas foram redefinidos como indigentes e marginais, evidenciando a continuidade do controle e da discriminação.

2.1. Quilombos e quilombolas

A compreensão dos quilombos no Brasil evoluiu significativamente ao longo do tempo. No século XVIII, o Conselho Ultramarino os definiu como habitações de negros fugitivos com mais de cinco indivíduos, situadas em áreas despovoadas. Essa concepção permaneceu até a década de 1970, associando os quilombos ao passado e a um modo de vida marginalizado. No entanto, Moura (1986) contestou essa perspectiva, argumentando que os quilombos eram organizações complexas, reunindo não apenas escravizados fugidos, mas também indígenas, desertores do serviço militar, desempregados e guerrilheiros, funcionando tanto como refúgios quanto como bases de resistência. Almeida (2011) complementa, destacando que os quilombos frequentemente estavam próximos a áreas ocupadas, contrariando a noção de isolamento.

A visão tradicional dos quilombos como comunidades isoladas de escravizados fugitivos simplifica sua complexidade. Schmitt *et al.* (2002) ressaltam que essas comunidades interagiam com a sociedade escravocrata, adotando estratégias de sobrevivência que incluíam o comércio e outras formas de integração econômica e social. Além da fuga, os quilombos também surgiram por herança, doações, aquisições ou ocupação de terras dentro de grandes propriedades. Esse reconhecimento é essencial para compreender a diversidade das comunidades quilombolas contemporâneas.

As categorias raciais no Brasil sempre foram flexíveis. Arruti (1997) aponta que, enquanto os quilombos foram historicamente reconhecidos, o termo “quilombola” só ganhou destaque como categoria socioespacial e antropológica após a Constituição de 1988, incorporando elementos como identidade coletiva, legado cultural e formas compartilhadas de ocupação territorial.

A exclusão dos africanos da categoria de cidadãos pela Lei de Terras de 1850 persistiu mesmo após a abolição, perpetuando desigualdades. Embora a Constituição de

1934 tenha garantido cidadania e direito ao voto, a titulação de terras quilombolas permaneceu negligenciada. Somente com a Constituição de 1988 e o Decreto nº 4.887/2003 os quilombolas passaram a ter reconhecimento legal de seus direitos sociais, culturais e territoriais.

Apesar desse reconhecimento formal, a inclusão das comunidades negras não eliminou desigualdades estruturais enraizadas no racismo e na disputa por terras. O termo "Remanescente de Quilombo", antes associado a um crime, passou a ser uma autodefinição voltada à reparação de danos históricos (Almeida, 2011). Nascimento (2009) ressalta que, embora historiadores e antropólogos questionem o anacronismo desse conceito, ele tem sido amplamente instrumentalizado na luta por direitos, demonstrando a complexidade do debate.

A identidade quilombola tende a ser fortalecida, mesmo diante da perda de memória histórica e cultural. A afirmação identitária torna-se necessária para garantir direitos, ainda que os quilombos não compartilhem a militância de movimentos urbanos (Arruti, 1997).

Embora o termo "remanescente" remeta ao passado, as comunidades quilombolas não são vestígios estáticos, mas sim expressões dinâmicas de identidade em constante reconstrução: "[...] a adoção da identidade de remanescentes por uma determinada coletividade, ainda que possa fazer referência a uma realidade comprovável, é, com muito mais força, a produção dessa própria realidade" (Arruti, 1997, p. 23).

A mestiçagem ao longo dos séculos gerou uma diversidade fenotípica que desafia classificações raciais rígidas. Essa variação tem sido utilizada para questionar a "pureza racial", reforçando um racismo institucionalizado que limita a liberdade identitária e impõe padrões aos afro-brasileiros para acesso a políticas de inclusão.

2.2. Etnogênese e etnicidade

Ao ser classificada como "remanescente", a comunidade quilombola passa por transformações em suas relações com comunidades vizinhas, autoridades locais e instituições. Esse processo envolve a reconfiguração de aspectos culturais e modos de organização como parte de sua etnogênese.

Bartolomé (2006) explica que, inicialmente, a antropologia utilizou o conceito de etnogênese para descrever a formação de grupos étnicos a partir de processos como migrações, invasões, conquistas e fusões. Mais recentemente, o termo passou a ser empregado para analisar a emergência social e política de grupos historicamente dominados, miscigenados ou considerados extintos. Barth (1969) e Cohen (1969) reforçam

que a etnicidade não se define por uma cultura homogênea, mas pela diferenciação entre grupos sociais. Marinho (2015) acrescenta que a identidade étnica é dinâmica, ajustando-se a pressões demográficas, ambientais e políticas. Fronteiras sociais e territoriais são constantemente redefinidas pelos contatos interétnicos, que sustentam a identidade.

A autoatribuição desempenha um papel central na construção da etnicidade, variando conforme o contexto e abrangendo aspectos como organização social, valores morais, práticas religiosas, vínculos territoriais, tarefas cotidianas e expressões artísticas. Estudando a comunidade Kalunga, em Goiás, Marinho (2015) observa que a cor negra e a ancestralidade africana não são critérios determinantes para o pertencimento ao grupo. Indivíduos de pele clara ou que negam a ancestralidade africana podem ser reconhecidos como Kalunga se atenderem aos critérios étnicos estabelecidos. A autora alerta que essa construção identitária pode levar à valorização excessiva de elementos culturais visíveis, tanto como estratégia de reafirmação de direitos quanto como meio de geração de renda.

Arruti (1997) argumenta que a identidade de grupos étnicos é reforçada pelo reconhecimento oficial como remanescentes de quilombo, o que fortalece a organização política em torno de uma identidade compartilhada. Bartolomé (2006) acrescenta que, para garantir recursos – especialmente terras –, elementos culturais são preservados e ressignificados, promovendo a reinvenção da tradição e a reconstrução da coletividade. No entanto, essa reconstrução pressupõe a necessidade de representar os quilombos como símbolos da resistência negra, mesmo diante das transformações históricas. Almeida (2011) destaca que o reconhecimento das comunidades quilombolas remanescentes vincula-as publicamente a territórios historicamente ocupados ou adquiridos de diversas formas, exigindo, simultaneamente, a superação da estigmatização e do racismo estrutural.

Anteriormente, assumir a identidade quilombola poderia resultar em exclusão legal e repressão; hoje, essa identificação é um instrumento de luta por direitos e reconhecimento histórico. A etnicidade não se restringe a elementos culturais específicos, mas se constrói a partir da capacidade do grupo de gerar significados sociais e políticos que consolidam sua identidade. Dessa forma, mesmo sem características culturais homogêneas, um grupo pode reivindicar uma identidade étnica própria.

A consciência coletiva da identidade é dinâmica, sendo continuamente redefinida pelas experiências vividas. Hall (2006) ressalta que a identidade não pode ser reduzida a um mero retorno às origens ou à assimilação completa, pois essas abordagens simplificam os processos sociais e desconsideram as múltiplas camadas da memória coletiva. No Brasil, onde a identidade negra frequentemente é associada à marginalização e à

dependência de políticas assistencialistas, a memória quilombola incorpora elementos que simultaneamente afirmam e questionam essa identidade.

3. QUILOMBOLAS DA LAPA-PR

O Paraná moldou sua memória oficial exaltando suas origens europeias e negando a existência da escravidão, como enaltece o “Paranismo” de Romário Martins e a afirmação de Wilson Martins, em 1955. A chegada de imigrantes europeus a partir de 1870 reduziu a população afrodescendente de 30% no final do século XVIII para 12% um século depois.

A Lapa, uma das cidades mais antigas do Paraná, foi historicamente dominada por uma elite agrária e escravocrata que, em 1854, possuía 1.884 escravizados, cerca de 35% da população local. Entre 1870 e 1890, a ascensão da indústria da erva-mate deslocou o centro econômico do rural para o urbano, reduzindo a presença de escravizados.

Durante a Guerra do Paraguai, a necessidade de soldados levou o Brasil a conceder alforria a escravizados que aceitassem integrar o serviço militar. Em 1880, a visita de D. Pedro II ao Paraná impulsionou o movimento abolicionista, resultando na concessão de alforrias por parte de proprietários de escravizados, como David Pacheco. Muitos libertos permaneceram nas terras que cultivavam, dando origem às comunidades quilombolas mais antigas da Lapa.

A fundação da Colônia de Imigrantes de Mariental, em 1878, atraiu famílias alemãs-russas para a região próxima à futura Vila Esperança. O direcionamento dos investimentos públicos para essa população ocorreu em detrimento das comunidades quilombolas, reforçando a exclusão histórica dos afrodescendentes. A trajetória da Lapa é marcada por um histórico de discriminação e violência racial, evidenciado na marginalização dessas comunidades.

As comunidades quilombolas da Restinga, Feixo e Vila Esperança de Mariental, certificadas pela Fundação Cultural Palmares desde 2006, ainda aguardam a titulação definitiva de suas terras, um processo essencial para a garantia de seus direitos territoriais.

3.1. Características do ambiente natural da Lapa-PR

Parte do município da Lapa está inserida na APA da Escarpa Devoniana, que protege a transição entre o Primeiro e Segundo Planaltos Paranaenses, assegurando a conservação da biodiversidade, de cânions e de vestígios arqueológicos (IAT, 2004). A proximidade da CRQ VEM a essa unidade destaca não apenas a relevância ecológica da região – evidenciada pela Floresta Ombrófila Mista (FOM), na qual 40% das espécies

vegetais são endêmicas (Paraná, 2018) – mas também os desafios e oportunidades para uma gestão ambiental que integre a identidade quilombola.

Diante das alterações ocorridas na FOM, os planos de conservação e restauração tornam-se estratégicos, reforçando a pauta quilombola no estado. A diversidade e a vulnerabilidade dessa formação configuram a FOM como um *hotspot* ambiental, o que exige práticas de manejo adaptativas que considerem tanto a preservação dos ecossistemas quanto o uso tradicional do território. Essa interface destaca a importância de políticas públicas que conciliem a proteção ambiental com o reconhecimento dos modos de vida e da memória coletiva das comunidades quilombolas

O clima subtropical/mesotérmico, com verões quentes e invernos rigorosos e a elevada umidade relativa aliada a chuvas intensas aumentam o risco de erosão do solo. Na Lapa, solos cambissolos e argissolos, com alto gradiente textural, demandam cuidados específicos no manejo, sobretudo em áreas de declividade acentuada, que influenciam tanto a dinâmica ecológica quanto as práticas agrícolas locais (Paraná, 2004).

As águas pluviais e dos tributários do Alto Iguaçu, impulsionadas pela declividade do terreno, são principais agentes de erosão. Cerca de 10% do território da Lapa, incluindo a CRQ VEM, está no Primeiro Planalto Paranaense, mais alto e ondulado, com um gradiente de declividade de 370 metros (Paraná, 2004).

No município da Lapa, o Rio da Várzea é um dos subafluentes do Alto Iguaçu. Há quase duas décadas, quatro áreas foram identificadas como mananciais de interesse para o abastecimento público da RMC: as microbacias dos rios Calixto, Ribeirão Claro, Corisco e Estiva (Paraná, 2016). A microbacia do Rio Estiva, a maior, abrange toda a área da CRQ VEM e é reservada para futuro abastecimento.

O Plano de Manejo da APA da Escarpa Devoniana destaca que, na Lapa, a expansão das monoculturas florestais exóticas, agricultura convencional com agrotóxicos, introdução de espécies exóticas forrageiras, queimadas e expansão urbana irregular são problemas socioambientais críticos.

A sobreposição de diretrizes de planejamento territorial e ambiental apontam para a necessidade de alinhamento do Plano Diretor Municipal com o Plano de Manejo da APA e o Zoneamento Ecológico-Econômico do Paraná (ZEE, 2018). Esse alinhamento é fundamental para fomentar o desenvolvimento sustentável por meio de incentivos à produção agroecológica, proteção de encostas e recuperação de áreas degradadas, ao mesmo tempo em que se reconhecem os direitos quilombolas e a relevância de seus territórios como espaços de elevado interesse ecológico e socioambiental.

4. A VILA ESPERANÇA DE MARIENTAL DA LAPA-PR

4.1. Território e características ambientais

A CRQ VEM está localizada no distrito de Mariental, na região leste do município da Lapa, a cerca de 20 km do centro da cidade. O município tem três distritos administrativos, incluindo Mariental, que abriga o segundo núcleo urbano além da sede. O acesso à comunidade é pela BR-476, também conhecida como Rodovia do Xisto (Figura 1).

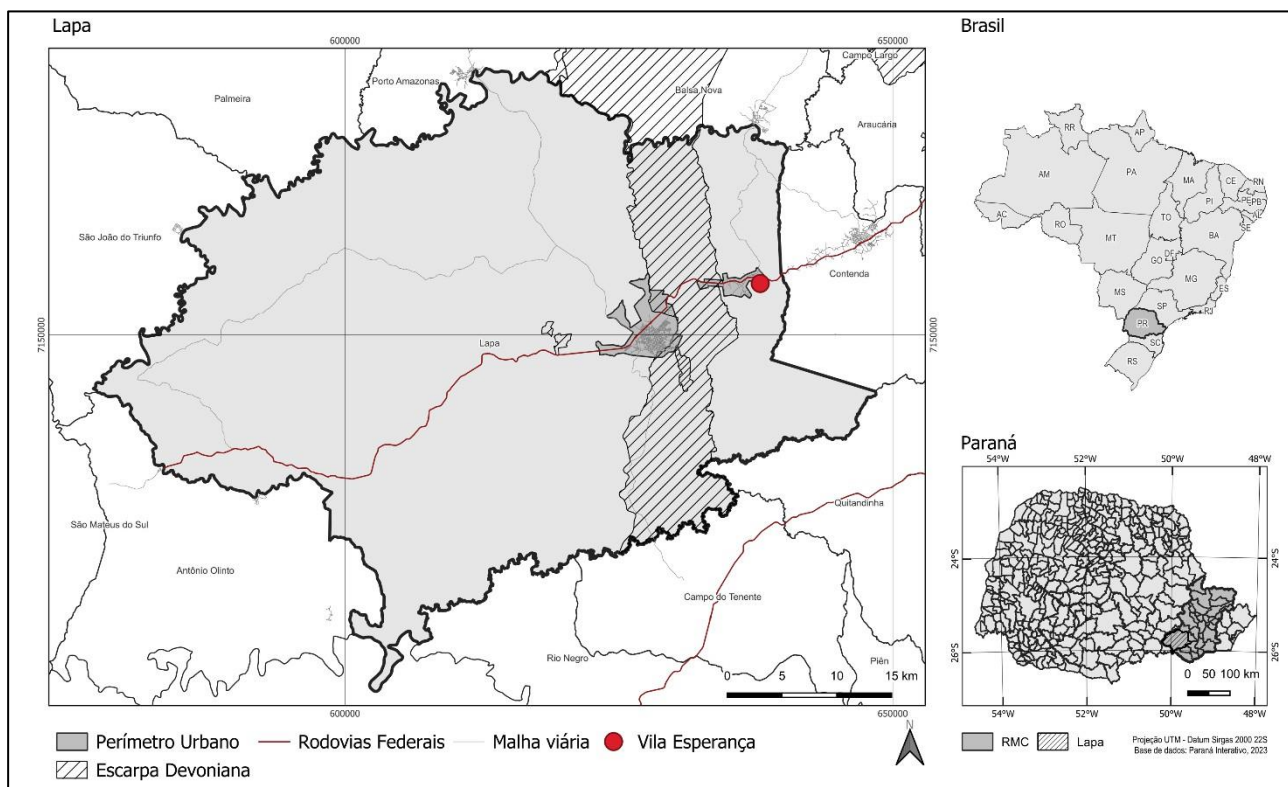


Figura 1 - Localização da Vila Esperança de Mariental, no município da Lapa-PR.

Fonte: Andrade; Michaliszyn; Tremarin (2023).

Parte da CRQ VEM está no perímetro urbano de Mariental e é classificada pela legislação municipal como macrozona urbana de contenção (Lapa, 2020). O restante é considerado área rural.

A comunidade ocupa 12,75 hectares, divididos em duas áreas: uma próxima à rodovia com 3,05 hectares e outra com 6,35 hectares. Segundo o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a área de posse atual é de 10,56 hectares, pouco maior que o registrado nas imagens. Destaca-se também uma área de silvicultura de cerca de 1 hectare com posse/propriedade indefinida (Figura 2).

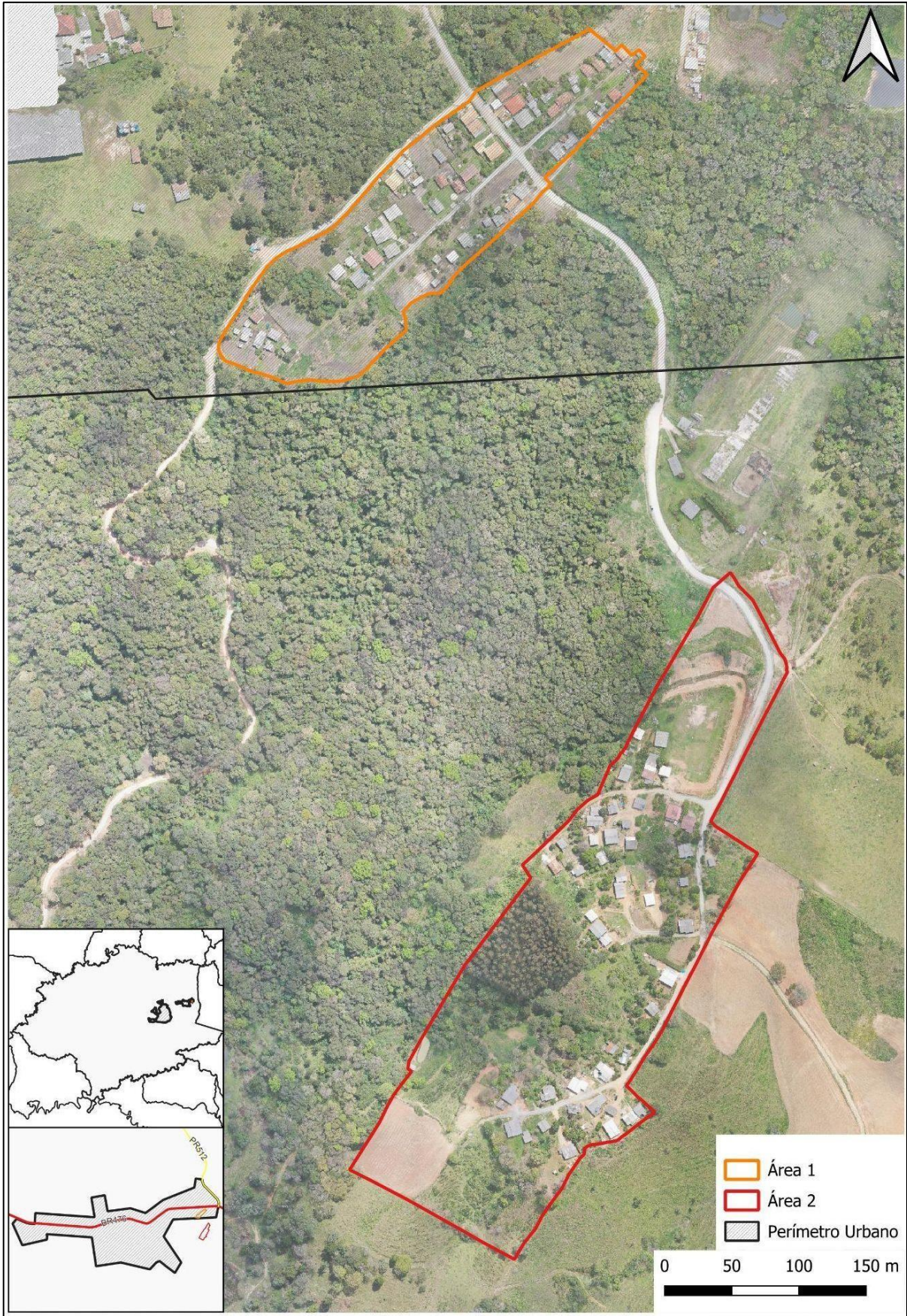


Figura 2 – Delimitação das áreas 1 e 2 CRQ VEM, Lapa-PR, destacando as diferenças na ocupação do território e os desafios de integração entre zona urbana e rural.
Fonte: Andrade; Michaliszyn; Tremarin (2023).

A CRQ VEM está situada em altitudes de 892 a 991 metros, nos limites ocidentais do Primeiro Planalto Paranaense. A menor altitude está no extremo sudoeste, na área 2, enquanto a maior se encontra no extremo nordeste, na área 1, que tem relevo mais plano e elevado (Figura 3).

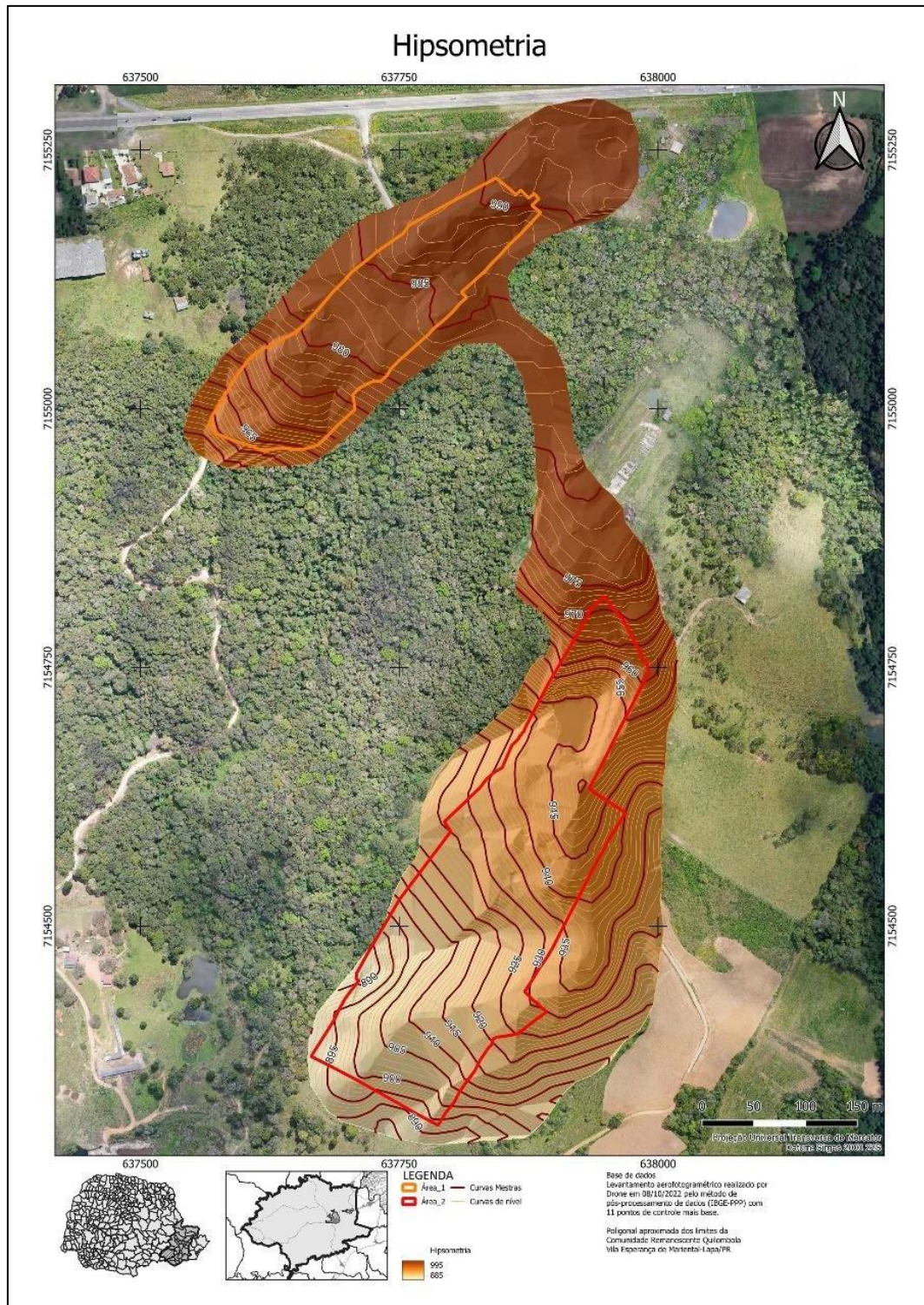


Figura 3 - Mapa de hipsometria da CRQ VEM, Lapa-PR, demonstrando variações de altitude que influenciam os processos erosivos e a gestão do território.

Fonte: Andrade; Michaliszyn; Tremarin (2023).

Com o território fragmentado, as duas áreas são conectadas por uma via de um quilômetro sem pavimentação e em mau estado de conservação. A falta de drenagem causa escoamento superficial inadequado, levando a erosão e depressões no leito da via (Figura 4).



Figuras 4 e 5 - À esquerda, a Rua dos Eucaliptos, principal via da Vila Esperança, onde a ausência de drenagem adequada evidencia o risco de erosão e a necessidade de intervenções. À direita, campo de futebol da CRQ VEM, ilustrando o uso comunitário do espaço e os desafios de segurança relacionados às condições topográficas. Maio 2023. **Fonte:** os autores.

Ao longo dessa via, há um vale onde os moradores construíram um campo de futebol no início da área 2. Este campo é o principal ponto de lazer da comunidade, usado em dias festivos e fins de semana com visitantes de outras localidades (Figura 5). Foi construído de forma simples pelos moradores, que usaram uma depressão criada pela venda de terra para um aterro próximo. Esse negócio, feito por alguém de fora da CRQ VEM, ocorreu antes de 2003.

A área do campo tem problemas de segurança devido à inclinação da encosta norte. Na Vila Esperança, as declividades são acentuadas, mas não são consideradas Áreas de Preservação Permanente (APP) (Brasil, 2012). A encosta do campo tem um gradiente elevado, próximo ao limite de 45° de declividade (Figura 6).

Periodicamente, o capim que cobre o solo é removido. No final de 2023, ocorreu uma tentativa de plantio de mandioca; contudo, sem o emprego de técnicas adequadas – como plantio direto, construção de terraços ou outras medidas mitigadoras da erosão – a iniciativa não obteve êxito (Figura 7). Os solos, caracterizados por baixa fertilidade, reduzido teor de matéria orgânica, profundidade rasa e textura média a argilosa, demonstram alta suscetibilidade à compactação.

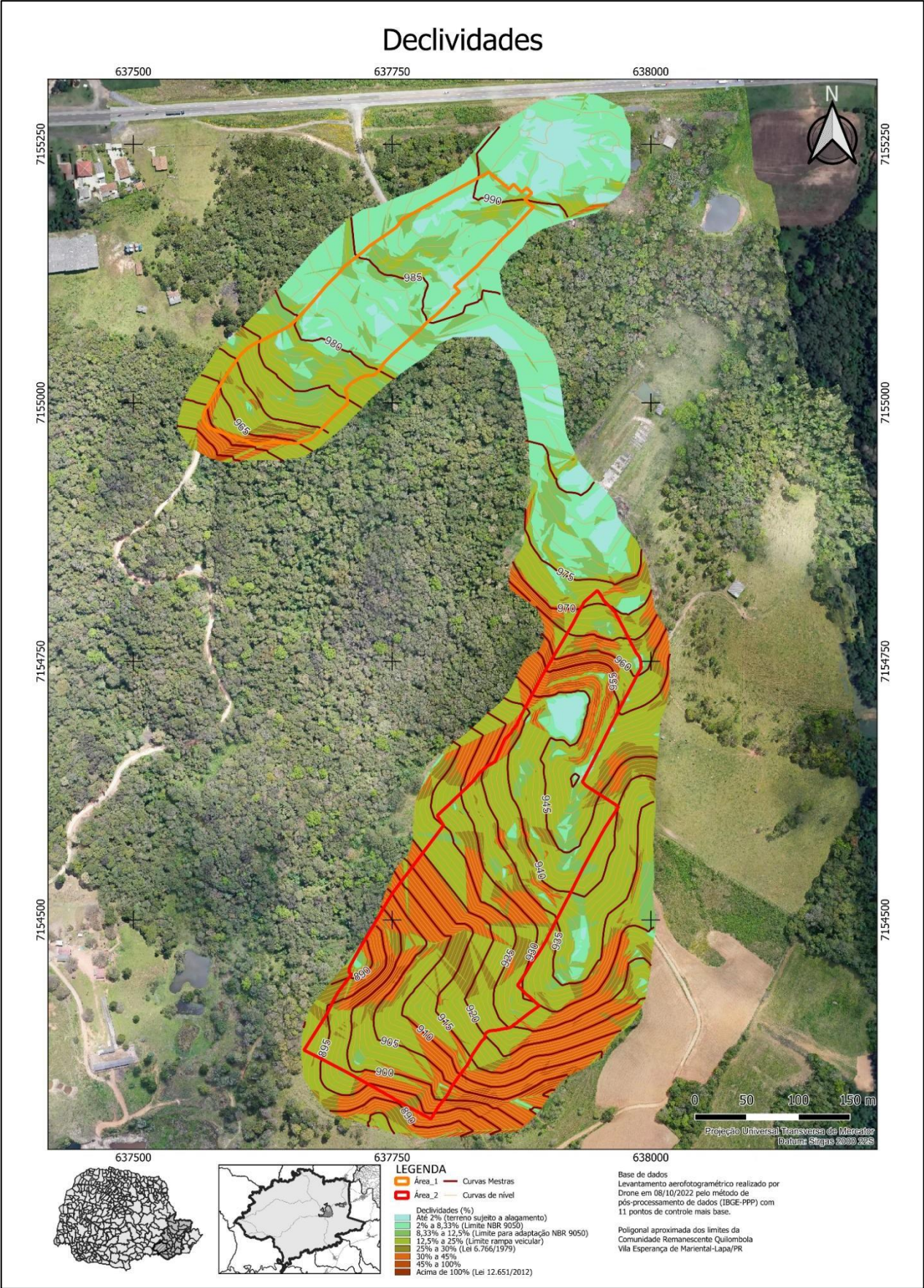


Figura 6 - Mapa de declividade da CRQ VEM, Lapa-PR, evidenciando a encosta do campo com gradiente limítrofe à segurança e desafios na prevenção da erosão e na integridade dos usuários.
Fonte: Andrade; Michaliszyn; Tremarin (2023).



Figura 7 - Cultivo de mandioca na encosta ao norte do campo de futebol, evidenciando a ausência de práticas de manejo adequado para prevenir a erosão, CRQ VEM, Lapa-PR, set. 2023. **Fonte:** os autores.

Grande parte do perímetro da Vila Esperança consiste em bosques nativos. A comunidade está localizada entre dois remanescentes florestais de alta prioridade de conservação, pois têm mais de 35 anos (Figura 8). Também está completamente inserida em uma área estratégica de restauração (Paraná, 2023), destacando-se pela sua relevância ecológica, como indicado pelos relatos de avistamentos de animais silvestres, incluindo bugios, macacos, saracuras, tucanos, jacus, tatus e cobras.

Essa localização privilegiada atrai pressões contraditórias: por um lado, interesses fundiários impulsionam a especulação imobiliária e a regularização de áreas, visando à expansão que ameaça a integridade territorial e os modos de vida tradicionais; por outro, diretrizes ambientais rigorosas restringem o uso do solo, limitando intervenções que atendam às demandas locais. Essa tensão é intensificada pela expansão urbana, que sobrepõe o interesse econômico à necessidade de preservar espaços de alto valor ecológico e socioambiental, contribuindo para a fragmentação do território e a perda da identidade coletiva dos quilombolas.

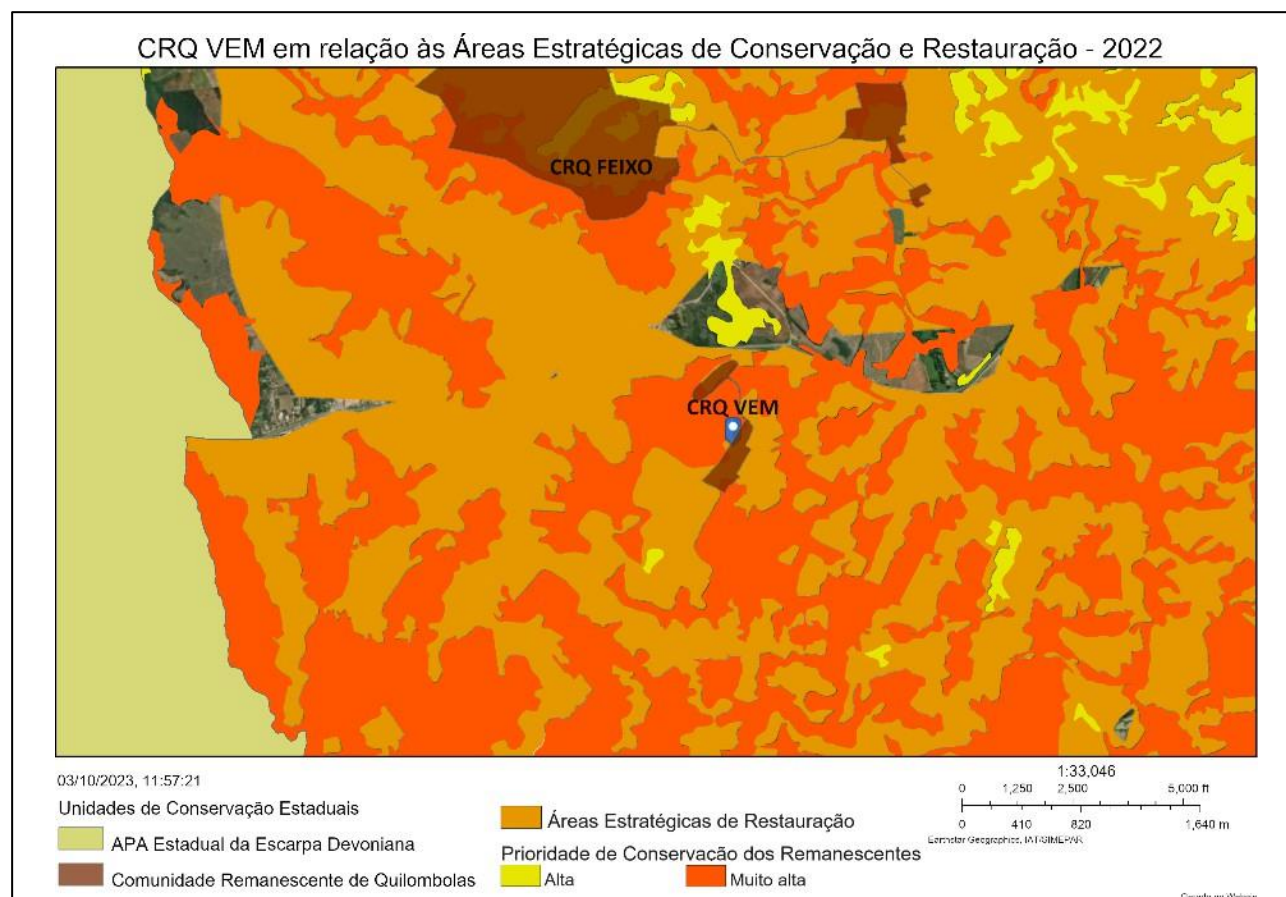


Figura 8 - Mapeamento das Áreas Estratégicas de Conservação e Restauração nas proximidades das CRQs Vila Esperança e Feixo, evidenciando a relação entre esses remanescentes naturais e os territórios tradicionais para a sustentabilidade ambiental. **Fonte:** IAT, 2023. Imagem gerada na Plataforma AECR.

A CRQ VEM está situada na microbacia do Arroio Caxambeva, que integra a bacia do Rio Estiva e deságua no Rio da Várzea, na área de drenagem do Alto Iguaçu. Uma nascente do Arroio Caxambeva, localizada no limite da comunidade, possui sua APP cobrindo a parte inicial da área 2 da CRQ VEM (Figura 9). Essa região, marcada pelas maiores inclinações, foi utilizada para o cultivo de mandioca, evidenciando a tensão entre práticas agrícolas tradicionais e as restrições impostas pelas áreas de proteção.

A análise dos dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR) em 2023 identificou faixas de APP ao longo das margens dos cursos d'água e nascentes próximas à CRQ VEM, além de áreas registradas como reserva legal em propriedades vizinhas. Contudo, a delimitação dos remanescentes florestais de alta prioridade para conservação – conforme estudo do Instituto Ambiental do Paraná (IAT) em 2023 – e das áreas estratégicas para restauração não coincide integralmente com o cadastramento das propriedades rurais. Essa discrepância revela desafios significativos na harmonização das diferentes normatizações ambientais com a ocupação efetiva do solo.



Figura 9 - Mapa ambiental das áreas de entorno da CRQ VEM, Lapa-PR, evidenciando a sobreposição entre áreas de reserva legal, APP e os desafios de compatibilização das delimitações ambientais com a ocupação do solo. **Fonte:** Andrade; Michaliszyn; Tremarin (2023).

Além disso, o decreto que estabelece parâmetros para o uso de áreas de mananciais na RMC entra em conflito com as delimitações estabelecidas pela legislação federal, o que enfraquece seu objetivo de regular o parcelamento e a ocupação do solo de forma sustentável (Paraná, 2022). Esses conflitos ilustram a complexidade de gerir territórios historicamente marcados por usos tradicionais, ao mesmo tempo em que se busca preservar importantes remanescentes naturais e assegurar a sustentabilidade ambiental.

4.2. População e ocupação do solo

Segundo Paula (2007), a Vila Esperança, assim como as comunidades Restinga e Feixo, é composta por descendentes de escravizados das fazendas locais dos séculos XVIII e XIX. No caso da CRQ VEM, a origem se estabelece quando algumas famílias do Feixo trocaram suas terras por outras situadas mais ao sul – atraídas pela proximidade da rodovia, que facilitava o acesso a empregos e serviços públicos –, apesar de essas áreas apresentarem condições inadequadas para o cultivo de hortas familiares.

A comunidade afirma que todos os residentes na CRQ VEM são parentes das primeiras famílias que se estabeleceram ali na década de 1990. É comum que jovens deixem a comunidade para trabalhar em Curitiba e que retornem à comunidade as oportunidades não se concretizam ou quando casam e têm filhos, em função de vínculos afetivos e familiares que se constituem como redes de apoio no cuidado com as crianças pequenas.

Dados do CAR indicavam que, em setembro de 2019, a comunidade contava com 67 famílias. Um levantamento aéreo e verificações em campo realizadas em 2022 apontaram 73 domicílios e 207 habitantes na CRQ VEM. Em setembro de 2022, um survey aplicado em 58 domicílios – representando 79,45% da comunidade – revelou que foram contadas 182 pessoas nos domicílios pesquisados, com os dados de campo elevando o total para 207 residentes. Desses, 110 pessoas (53,14%) residem na área 1 e 97 (46,85%) na área 2, sem diferenças significativas entre os gêneros. Em termos etários, observa-se que apenas uma pessoa tem pouco mais de 80 anos e nove estão na faixa de 60 a 79 anos (4,83% da população), enquanto os dois maiores grupos são jovens adultos de 18 a 39 anos (101 pessoas, 48,79%) e crianças até 11 anos (57 pessoas, 27,54%).

A predominância de crianças em comparação à escassa presença de idosos evidencia uma fragilidade na transmissão da memória histórico-cultural. Embora a ancestralidade seja pouco expressa nas conversas cotidianas, aspectos culturais – como a presença de fornos de barro/tijolos para assar broas, jardins com ervas medicinais e fogões a lenha – ainda persistem na paisagem, funcionando como elementos de resistência

cultural.

No que tange à ocupação do solo, além dos 73 domicílios ocupados, existem 13 domicílios vazios, atribuídos principalmente à migração para moradias melhores ou à saída da comunidade, e 15 edificações utilizadas como paióis, que englobam cozinhas, banheiros e garagens. A área 1 apresenta uma ocupação mais antiga, diferenciando-se da área 2 por ter sido adquirida pelas famílias originais – evidenciada pelo fato de que, dos 41 domicílios desta área, 35 responderam ao survey e 25 possuem registro formal de propriedade.

Dos 58 domicílios pesquisados, 35 apresentam de 3 a 4 moradores, enquanto 8 são ocupados por apenas um morador (geralmente do sexo masculino). Em um caso, a única residente é uma senhora de cerca de 60 anos, e em outros 8 domicílios moram uma mulher jovem acompanhada de seus filhos pequenos. Observa-se também a presença de dez mães solteiras, sendo que a mais jovem engravidou aos 16 anos e, aos 24, tem um filho de oito anos. Esses dados indicam que casamentos e nascimentos ocorrem precocemente – frequentemente antes dos vinte anos – e as separações são comuns, resultando em domicílios unipessoais decorrentes da divisão de terras entre pais ou avós e os jovens casais.

A análise dos materiais de construção dos 58 domicílios revela que 21 (36,28%) possuem paredes de madeira, 26 (44,83%) de tijolos e 7 (12,07%) utilizam ambos os materiais; em 4 domicílios (6,89%) não houve resposta. Não há casas construídas com barro, palha ou lona, nem com piso de terra batida. Quanto à cobertura, cinco domicílios (8,62%) contam com telhas de cerâmica e 49 (84,48%) com amianto, havendo 4 (6,89%) sem resposta. Adicionalmente, cinco domicílios não dispõem de banheiro (três na área 1 e dois na área 2). As moradias variam de dois a sete cômodos, com as maiores concentradas na área 1, onde as casas de padrão construtivo superior – geralmente voltadas para a via principal – se destacam por oferecerem maior número de cômodos, melhor acabamento e delimitação da parcela por meio de muros.

A localização das casas, que não possuem numeração, baseia-se em referências entre vizinhos. Informações da Copel (set. 2023) indicam que a localização das unidades consumidoras é feita por meio do georreferenciamento dos postes de energia, e a Sanepar (set. 2023) utiliza a posição dos vizinhos e referências espaciais para identificar as residências. Em ambos os casos, o serviço é disponibilizado mediante a apresentação de uma declaração de origem quilombola, atestada por órgão municipal e baseada na lista do Grupo de Trabalho Clóvis Moura (2005–2008). Essa condição impõe que, para acessar políticas públicas destinadas aos quilombolas, seja necessário constar na referida lista ou

comprovar parentesco com alguém nela incluído.

Há poucos anos, a comunidade perdeu o posto dos Correios de Mariental, forçando os moradores a buscar correspondências no centro da cidade. Para os serviços de entrega, os residentes utilizam frequentemente o GPS dos *smartphones*, facilitando a localização das suas casas por meio de coordenadas geográficas.

A área 1, agora integrada ao perímetro urbano, é classificada pela Lei Municipal Nº 3710/2020 (Lapa, 2020) como Macrozona de Contenção e Zona Residencial de Baixa Densidade (ZBD). Nessa zona, é permitida a habitação unifamiliar e, com aprovação do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU), podem ocorrer habitações bifamiliares, atividades comunitárias de baixa concentração e comércio de pequeno porte – excetuando bares e bilhares. Os lotes devem ter, no mínimo, 1200 m², com taxa máxima de aproveitamento de 20%, permitindo até dois pavimentos e uma taxa de permeabilidade de 70%. Apesar de muitas terras na área 1 estarem formalmente registradas, a ocupação ocorre de forma informal, por meio de condomínios familiares, onde os proprietários mais velhos distribuem parcelas para filhos ou netos sem a formalização da transferência.

Em contraste, a área 2 permanece classificada como rural, conforme a revisão de 2020 do Plano Diretor e da Lei de Zoneamento, que prevê incentivos a atividades agrossilvipastoris, minerárias e agroindustriais com foco no uso sustentável dos recursos naturais (Lapa, 2020). Essa dualidade na classificação legal não reflete integralmente a dinâmica socioeconômica da comunidade, que exhibe características claramente periurbanas. Ademais, a legislação municipal contribui para a fragmentação do tecido social ao estabelecer perímetros distintos (urbano e rural), em contraste com a classificação do IBGE no Censo 2022, que designa toda a CRQ VEM como um único setor censitário urbano – “Área Urbana de Alta Densidade de Edificações”.

Outra definição do Plano Diretor do município é a Área de Manejo Sustentável do Rio da Várzea, que inclui a CRQ VEM (Lapa, 2020). Essa área prioritária impõe restrições ao cultivo de pinus e eucalipto e prevê incentivos à conservação dos ecossistemas naturais, bem como à agroecologia e à produção orgânica, corroborando as diretrizes estabelecidas pelo Zoneamento Ecológico-Econômico do Paraná (ZEE).

A informalidade na ocupação dos imóveis, refletida na ausência de numeração, na utilização de referências espaciais e na divisão não formalizada das terras, dificulta a regularização fundiária e, conseqüentemente, a implementação de políticas públicas que integrem o reconhecimento dos direitos quilombolas com a gestão ambiental. Essa realidade torna o território mais vulnerável à especulação imobiliária e à expansão urbana,

o que pode levar à fragmentação do espaço e ao enfraquecimento dos vínculos comunitários que sustentam a identidade coletiva.

4.3. Condições socioeconômicas

Os dados do survey revelam desafios significativos no campo educacional e no mercado de trabalho da CRQ VEM. A maioria dos adolescentes não planeja continuar os estudos após o Ensino Médio – apenas dois iniciaram curso superior –, enquanto o abandono escolar ocorre precocemente: entre 18 e 39 anos, o desengajamento ocorre no final do Ensino Fundamental; para os maiores de 40 anos, desde os anos iniciais; e dezessete pessoas nunca estudaram. Em 26 dos 58 domicílios (44,83%), há adultos que começaram a trabalhar antes dos 14 ou entre 14 e 16 anos, evidenciando uma trajetória educacional interrompida que pode comprometer a transmissão dos saberes tradicionais e o fortalecimento da identidade quilombola.

A CRQ VEM é considerada a comunidade quilombola mais carente da Lapa (Vicentini, 2019). Das 182 pessoas identificadas, 112 estão na faixa etária de 19 a 60 anos, e apenas 50 estão empregadas, o que evidencia a dependência dos moradores em empregos externos. A vulnerabilidade econômica é agravada pela irregularidade na distribuição de cestas básicas, marcada por relatos de discriminação racial, o que prejudica o acesso à assistência alimentar. Em 21 dos 58 domicílios, as famílias se beneficiam do Bolsa Família.

Quanto à renda, 30 dos 58 domicílios (51,72%) têm renda de até um salário-mínimo, 24 (41,38%) entre um e três salários-mínimos, e apenas 4 (6,90%) até seis salários-mínimos. Apesar de não haver casos severos de insegurança alimentar – possivelmente mitigados pela presença de cultivos locais de hortaliças e frutas –, a renda instável é reforçada pela participação sazonal dos não empregados na frigorífica local, que dependem da colheita de batata e cebola em Contenda, onde cada mulher, em dias bons, preenche até 4 bags e recebe até 60 reais por bag, tornando essa fonte de renda temporária e incerta.

Os hábitos alimentares, conforme o levantamento, indicam uma dieta baseada em arroz (82,76%), feijão (81,03%) e macarrão (29,31%), com consumo limitado de carne (20,69%). Em 87,93% dos domicílios, as famílias plantam alimentos no quintal – como couve, alface, repolho, mandioca, pepino, abóbora, milho e feijão –, e a produção é majoritariamente compartilhada com vizinhos ou parentes, funcionando como complemento à renda e à segurança alimentar. A presença de árvores frutíferas, especialmente cítricas, reforça a importância da produção local, embora a safra de laranja frequentemente se

esgote, resultando em frutas maduras espalhadas pelo chão.

No que diz respeito à produção animal, 28 domicílios (48,28%) mantêm criações, principalmente de galinhas soltas, e 10 famílias (17,24%) criam suínos – geralmente um por domicílio para abate em festas de fim de ano –, com menos da metade compartilhando a produção com outras famílias.

A agricultura de subsistência é predominantemente realizada por mulheres, que utilizam enxadas e restos orgânicos como fertilizante, embora enfrentem desafios como a ação de formigas, tratadas com veneno. Apesar de a área 2 apresentar maior declividade, apenas quatro pessoas (6,90%), todas da área 1, relataram erosão, evidenciando discrepâncias na percepção e na experiência dos problemas ambientais.

A atividade artesanal é limitada, ocorrendo em apenas oito domicílios (13,79%) e envolvendo costura, tricô e artes em papel. O esquecimento de preparos tradicionais, mencionados por muitas mulheres, sinaliza uma perda gradual de conhecimentos que são fundamentais para a manutenção da identidade cultural.

No âmbito dos serviços e do lazer, a presença de dois bares na comunidade – um construído entre 2017 e 2019 pelo autointitulado líder comunitário, que não opera regularmente, e outro em funcionamento diário, construído em 2022, gerando conflitos – evidencia não apenas as estratégias informais de organização comunitária, mas também os desafios na gestão dos espaços de convivência.

A análise das condições socioeconômicas da CRQ VEM evidencia uma interligação complexa entre vulnerabilidades econômicas, fragilidades educacionais e desafios na manutenção da identidade quilombola. A interrupção precoce da escolaridade e a informalidade na ocupação do solo comprometem não apenas o desenvolvimento econômico dos moradores, mas também dificultam a transmissão de saberes tradicionais, essenciais para a preservação da memória coletiva. Além disso, a dependência de empregos externos e a instabilidade de renda expõem a comunidade a pressões que podem contribuir para a fragmentação do território e para a perda dos vínculos culturais.

4.4. Condições socioambientais e de saúde

A CRQ VEM recebe água do Rio Corisco por meio da companhia de saneamento, que utiliza um poço em situações emergenciais. A água é transportada por adutora até a Estação de Tratamento em Mariental antes de ser distribuída à comunidade, serviço disponível há mais de vinte anos (Mercado, 2017). Segundo levantamento de 2022, todos os domicílios têm acesso à água potável.

Em 2010, o rompimento da tubulação de esgoto de uma granja afetou o abastecimento em Mariental, deixando a água turva e com odor desagradável, o que exigiu atendimento médico aos moradores da Vila Esperança. A maioria das famílias – 48 dos 58 entrevistados – procura atendimento médico quando necessário; para problemas menores, 34 famílias recorrem a chás e remédios caseiros, enquanto 36 buscam o atendimento de benzedeiras, principalmente na CRQ Feixo, após a morte da última benzedeira local.

As condições de esgotamento sanitário são precárias: algumas residências não dispõem de instalações sanitárias adequadas e a maioria carece de um sistema efetivo de coleta e tratamento de efluentes. Nesse contexto, 49 respondentes (85,96%) afirmaram ter algum tipo de fossa sanitária, embora observações de campo indiquem que, na maioria dos casos, não se tratam de fossas sépticas. Além disso, foi observado o escoamento de efluentes pelos terrenos e vias (Figuras 10 e 11).

As condições ambientais agravam-se com a criação de suínos, cuja acumulação de dejetos aumenta o risco de contaminação do solo e do lençol freático. Quando esses dejetos são empregados nas hortas sem a devida decomposição por biodigestão anaeróbia – contrariando as recomendações da Embrapa – o risco se intensifica.

Observa-se também uma expressiva presença de animais domésticos – 45 cães, 7 gatos e 8 pássaros em gaiolas – distribuídos em 50 dos 58 domicílios, com alguns indivíduos apresentando sinais de desnutrição.



Figuras 10 e 11 - À esquerda, domicílio com instalação sanitária externa inadequada; à direita, evidência de escoamento de efluentes pelo solo do quintal, onde galinhas ciscam, ilustrando a precariedade do manejo sanitário na área 2., CRQ VEM, Lapa-PR, maio 2023.

Fonte: os autores.

Quanto ao descarte de resíduos sólidos, é comum a queima do lixo e seu despejo no solo, devido à ausência de lixeiras e depósito coletivo (Figura 12). Os moradores não separam os resíduos, embora alguns reciclarem latas e ferro para venda. A coleta pública

ocorre semanalmente, mas a topografia íngreme impede que o caminhão alcance toda a comunidade.

Essas condições sanitárias e de manejo de resíduos não apenas representam sérias ameaças à saúde – especialmente das crianças, que podem desenvolver doenças infecciosas, parasitárias e respiratórias ao brincar em ambientes contaminados –, mas também evidenciam desafios sistêmicos que impactam a gestão ambiental do território.



Figura 12 - Acúmulo de resíduos sólidos e restos de queima na área 2, demonstrando a ausência de infraestrutura para o descarte adequado de lixo e o risco ambiental decorrente, CRQ VEM, Lapa-PR, maio 2023. **Fonte:** os autores.

5. DESAFIOS AO RECONHECIMENTO E POSSIBILIDADES

As comunidades quilombolas mais antigas da Lapa – Restinga e Feixo – divergem da visão tradicional de quilombos formados exclusivamente por escravizados fugitivos, pois, em suas origens, terras foram concedidas por meio de alforrias e doações, mesmo que sob restrições. Essa trajetória diferenciada não diminui a importância histórica dessas comunidades nem compromete sua legitimidade na reivindicação de direitos territoriais enquanto população tradicional.

A identidade quilombola é construída coletivamente, fundamentada na relação entre comunidade, território e pertencimento, e é revelada por meio de saberes, crenças e

manifestações culturais. Na Vila Esperança de Mariental, o processo de reconstrução identitária enfrenta desafios decorrentes da diluição da memória ancestral e da influência do contexto urbano. Contudo, elementos culturais persistem – como o uso de ervas medicinais, chás e fornos de barro – evidenciando a resiliência e o contínuo fortalecimento da identidade comunitária. A pertença dos residentes, a territorialidade familiar e as redes de apoio configuram características sociais marcantes.

Entretanto, a fragmentação do espaço coletivo ameaça os vínculos comunitários. A delimitação de parcelas individuais por muros restringe as interações sociais, enquanto a escassez de manifestações culturais públicas e o enfraquecimento na transmissão dos saberes tradicionais dificultam a preservação da memória quilombola. A ausência de uma associação comunitária estruturada e de lideranças reconhecidas prejudica a articulação política e o acesso a políticas públicas específicas.

Além disso, a vulnerabilidade ambiental da área que abrange a CRQ VEM – marcada pelo alto risco de erosão do solo, manejo inadequado dos recursos naturais e pressão urbana – reforça a necessidade de estratégias sustentáveis que conciliem a conservação ambiental com os modos tradicionais de uso da terra. Essas condições de vulnerabilidade socioambiental devem ser priorizadas nas políticas públicas, buscando soluções que articulem desafios e possibilidades para o reconhecimento e a preservação das comunidades quilombolas, especialmente da Vila Esperança de Mariental.

A Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Quilombola (PNGTAQ), instituída pelo Decreto nº 11.786/2023 (Brasil, 2023), assegura a autodeterminação das comunidades quilombolas na gestão ambiental e territorial, promovendo sua continuidade e sustentabilidade. No contexto da Vila Esperança, essa política é essencial, pois a comunidade demanda mecanismos eficazes de planejamento e conservação que respeitem seu modo de vida. Instrumentos da Cartografia Social, como o etnomapeamento e etnozoneamento, são fundamentais para documentar saberes tradicionais, mapear territórios e registrar práticas culturais associadas ao uso da terra e dos recursos naturais. Além de fortalecer a identidade quilombola, essas ferramentas subsidiam estratégias de manejo sustentável e autogestão ambiental.

A análise dos dados evidencia que as condições socioambientais adversas – tais como a erosão, a infraestrutura precária e o isolamento político – impactam diretamente a identidade e a permanência da comunidade. No entanto, a valorização dos usos tradicionais do território e a necessidade de conservar os remanescentes naturais abrem oportunidades para o desenvolvimento de estratégias inovadoras de gestão integrada. Superar os desafios

enfrentados pela Vila Esperança dependerá da implementação de políticas públicas adaptadas às especificidades das comunidades quilombolas periurbanas e da adoção de ferramentas como o etnomapeamento, que podem fortalecer a identidade quilombola e promover uma governança ambiental e territorial mais eficaz, pautada na promoção da justiça social.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à CRQ Vila Esperança pela acolhida, aceite e disposição em participar desta pesquisa e à Capes pelo incentivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. DE. **Quilombolas e novas etnias**. UEA Edições ed. Manaus: [s.n.]. Disponível em: <https://www.ppgcspa.uema.br/wp-content/uploads/2021/12/Quilombos-e-novas-etnias.pdf>

ANDRADE, R. V.; MICHALISZYN, M. S.; TREMARIN, A. R. **Atlas Ambiental da Comunidade Quilombola Vila Esperança de Mariental, Lapa-PR**: subsídios para uma abordagem sustentável e integrada da população tradicional. Curitiba: Universidade Positivo, 2023. Disponível em: <https://repositorio.cruzeirodosul.edu.br/jspui/handle/123456789/5579>.

ARRUTI, J. M. A. A emergência dos “remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **Mana**, v. 3, n. 2, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000200001>

BARROS, E. O. *et al.* **Comunidade remanescente quilombola Vila Esperança de Mariental - Lapa/PR**: poligonal aproximada da CRQ VEM com base em levantamento pós-processado realizado por RPA em 08/10/22. Curitiba: Universidade Positivo, 8 out. 2022.

BARROS, J. D. A “construção social da cor” e a “desconstrução da diferença escrava”: reflexões sobre as ideias escravistas no Brasil Colonial. **Opsis**, v. 10, n. 1, 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277765974_A_construcao_social_da_cor_e_a_desconstrucao_da_diferenca_escrava_reflexoes_sobre_as_ideias_escravistas_no_Brasil_colonial DOI105216ov10i19204

BARTOLOMÉ, M. A. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Mana**, v. 12, n. 1, p. 39–68, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132006000100002>

BATISTELLA, A. O Paranismo e a Invenção da identidade paranaense. **História em reflexão** - Revista eletrônica de História, v. 6, n. 11, 2012. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/download/1874/1044/5318>

BRASIL. **Decreto n. 11.786, de 20 de novembro de 2023.** Brasil. Diário Oficial da União, 21 nov. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11786.htm

BRASIL. **Decreto n. 3.725, de 6 de novembro de 1866.** Brasil. Coleção de Leis do Império do Brasil. Página 313 Vol. 1 pt. II, 1866. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3725-a-6-novembro-1866-554505-norma-pe.html>

BRASIL. **Decreto n. 3.371, de 7 de janeiro de 1865.** Brasil. Coleção de Leis do Império do Brasil. Página 5 Vol. 1, 1865. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3371-7-janeiro-1865-554492-norma-pe.html>

BRASIL. **Decreto n. 4.887, de 20 de novembro de 2003.** Diário Oficial da União - Seção 1, 20 nov. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm

BRASIL. **Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012.** Diário Oficial da União, 12 maio 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm

BRASIL. **Recenseamento do Brasil em 1872.** Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>

CUNHA, F. G.; COSTA, S. G. A. Identidades quilombolas: políticas, dispositivos e etnogêneses. **Latinoamérica**. Revista de Estudios Latinoamericanos, n. 64, p. 153, 25 maio 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22201/cialc.24486914e.2017.64.56864>

DANIEL, A. R. **Paranismo, passado e presente: análise discursiva do Manifesto Paranista e reflexões sobre suas consequências no fazer artístico popular hoje em Curitiba.** Monografia (Especialização em Artes Híbridas). Departamento Acadêmico de Desenho Industrial (DADIN), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2016. Disponível em: https://riut.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/17032/2/CT_CEART_I_2016_03.pdf

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. Disponível em: https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf

HARTUNG, M. Muito além do céu: escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 6, n. 10, p. 143–191, jun. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2237-101X006010005>

IBGE. **Malha de Setores Censitários.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/26565-malhas-de-setores-censitarios-divisoes-intramunicipais.html>. Acesso em: 16 out. 2023.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT). **Áreas Estratégicas para a Conservação e Restauração Biodiversidade no Estado do Paraná.** Disponível em: <https://geopr.iat.pr.gov.br/porta/apps/MapSeries/index.html?appid=b5eedd6264c04a3dba63ebcc3ea1e39c>. Acesso em: 2 out. 2023.

INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT). **Nota técnica n. 01/2023-IAT**. Brasil, 2023. Disponível em: [https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2023-04/Nota Tecnica_01-2023-19846421-0_Atualizacao_areas_estrategicas_de_conservacao_restauracao_AECR.pdf](https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2023-04/Nota_Tecnica_01-2023-19846421-0_Atualizacao_areas_estrategicas_de_conservacao_restauracao_AECR.pdf). Acesso em: 2 out. 2023.

Instituto Água e Terra (IAT). **Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental da Escarpa Devoniana**. Curitiba: [s.n.]. Disponível em: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Plano-de-Manejo-Area-de-Protecao-Ambiental-da-Escarpa-Devoniana>. Acesso em: 2 out. 2023.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEODÉSIA (ITCG). **Terra e Cidadania**. Terras e Territórios Quilombolas - Grupo De Trabalho Clóvis Moura - Relatório 2005-2008. Vol. 3. Curitiba: [s.n.]. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/educacao_quilombola/grupo_trabalho_clovis_moura_relatorio2005a2008.pdf. Acesso em: 2 out. 2023.

LAPA. Lei Municipal n. 3.710, de 20 de março de 2020. Disponível em: https://sapl.lapa.pr.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2020/4191/3710_2020_-_com_anexos.pdf. Acesso em: 14 out. 2023

MARINHO, T. A. Etnicidades e quilombolas: uma reflexão teórica. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 3, n. 06, p. 205–226, jul-dez 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.20336/rbs.127>

MERCADO, M. D. **Saneamento como ferramenta para a sustentabilidade da área quilombola Vila Esperança, Lapa-PR**. Tese (Doutorado em Gestão Ambiental) -Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental (PPGamb), Universidade Positivo (UP), Curitiba, 2017. Disponível em: <https://repositorio.cruzeirosul.edu.br/jspui/handle/123456789/1835>

MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MÜLLER, E. **Os ventos sopram liberdade: alemães do Volga, a epopeia de um povo**. São Paulo: Centro Marista de Estudos e Pesquisas, 2003.

MUNANGA, K. **Teoria social e relações raciais no brasil contemporâneo**. São Paulo: [s.n.]. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/172682/teoria_social_relacoes_sociais_brasil_contemporaneo.pdf. Acesso em: 29 set. 2023.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Cadernos PENESB** - Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira. [s.l.: s.n.]. v. 5. Disponível em: <http://pdi.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/573/2019/02/PENESB-10.pdf>

NASCIMENTO, C. B. **Múltiplos olhares sobre a presença negra na Lapa-Paraná: história e arqueologia (séculos XIX e XX)**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-graduação em História, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://meriva.pucrs.br/dspace/handle/10923/3967>

PARANÁ. Decreto n. 10.499. Brasil, Diário Oficial, 14 mar. 2022. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=261545&codItemAto=1654144#1654144>. Acesso em: 21 out. 2023

PARANÁ. Decreto n. 4.435/2016. Diário Oficial no. 9730. Brasil, 29 jun. 2016. Disponível em: https://www.amep.pr.gov.br/sites/comec/arquivos_restritos/files/documento/2020-08/decreto_4435_2016.pdf. Acesso em: 21 out. 2023

PARANÁ. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Paraná**. Curitiba: [s.n.]. Disponível em: https://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/zeep01_2018.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.

PAULA, F. M. C. **Comunidades do Feixo e da Restinga**: herança dos afrodescendentes da Lapa. Curitiba: [s.n.].

RYCHWA, J. Fazenda Santa Amélia. **A Tribuna Regional**, 1986.

SACOVICZ, R. **Relações étnico-raciais e o ensino de sociologia**: intervenção didática a partir das percepções discentes sobre a temática. Dissertação (Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional) - Setor de Ciências, Humanas Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2023. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/82296>

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente & Sociedade**, n. 10, p. 129–136, jun. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2002000100008>

SILVA, T. D. G. et al. Traços etnográficos das comunidades quilombolas de Sutil, Santa Cruz, Palmital dos Pretos, Feixo e Vila Esperança. In: LARA, L. M.; PIMENTEL, G. G. DE A. (Eds.). **Políticas públicas de esporte e lazer em comunidades quilombolas no Paraná**. Maringá: Eduem, 2013. p. 133–160. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/GhqFYFrwN6TyWHNPxTLGgcs/?format=pdf&lang=pt>

VICENTINI, I. N. **A fotografia como ferramenta de sensibilização ambiental com mulheres das comunidades remanescentes quilombolas da Lapa-Paraná**. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental), Programa de Pós-graduação em Gestão Ambiental (PPGAmb), Universidade Positivo (UP), Curitiba, 2019. Disponível em: <https://repositorio.cruzeirosul.edu.br/jspui/handle/123456789/1848>

WESTPHALEN, C. M. **O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas**. Curitiba: CD Editora, 1995.

Recebido: 11/04/2024

Aceito: 25/10/2024